

## **AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE ENERGIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS: AGENTES DO SETOR E DO MME APRESENTAM PREOCUPAÇÕES COMUNS**

Representantes do MME e das associações do setor de energia mostraram que há uma articulação positiva entre agentes e governo na última audiência da Comissão de Energia da Câmara dos Deputados ocorrida em Brasília (DF), no dia 09 de maio. Alacir Borges, coordenadora do Comitê de Meio Ambiente (CMA) da ABCE, representou a Associação no evento voltado à discussão dos gargalos do licenciamento ambiental, que contou também com a participação de agentes do MMA, do Ibama, da Aneel, do MME, da CNI, da Abrace e da Apine. Em sua exposição, Alacir chamou a atenção para as questões que estão submetidas à Câmara, a exemplo da regulamentação do Artigo 23 da Constituição Federal (que tem por objetivo definir os papéis dos órgãos envolvidos nos processos de licenciamento) e da questão indígena frente aos empreendimentos do setor elétrico. O destaque ficou para a compensação ambiental, assunto sobre o qual a coordenadora do CMA expôs a insegurança jurídica enfrentada pelos empreendimentos do setor devido à ameaça de aumento desnecessário do índice e ausência de um limite máximo, que deve ser pautado pela razoabilidade. O deputado federal Rogério Lisboa, relator do Projeto de Lei que propõe o teto de 0,5% para o índice (hoje há apenas previsão em lei para o percentual mínimo), estava presente e se manifestou em seguida à apresentação da coordenadora do CMA, destacando o tema e a gravidade do assunto.

**Morosidade para obtenção de licenciamento** - De acordo com ela, a presença de representantes do MME e das associações na audiência pública foi fundamental para marcar a concordância entre as partes quanto às preocupações sobre a morosidade dos processos de licenciamento ambiental e o abastecimento energético do país. “Nelson Hubner, secretário executivo do MME, apresentou dados sobre o descumprimento dos prazos legais a que estão submetidos os processos de licenciamento ambiental, segundo estudo do Banco Mundial”, afirmou. “As informações levadas pelo secretário executivo descaracterizam os números divulgados pelo Ibama, que ainda assim nega os atrasos na avaliação dos processos de licenciamento”, disse.

**Produção e edição:**

Moraes Mahlmeister Comunicação

Juliana de Moraes

[juliana@abce.org.br](mailto:juliana@abce.org.br)